



Plenário analisa legalização dos jogos de azar

Texto que autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, além de regularizar jogo do bicho e jogos eletrônicos, faz parte da pauta prioritária de votações até o recesso

O objetivo da proposta é gerar empregos e fortalecer a política de desenvolvimento regional por meio do turismo. As apostas clandestinas movimentam mais de R\$ 18 bilhões por ano no Brasil, segundo o senador Ciro Nogueira. Ele é o autor do projeto original sobre o assunto, mas o texto que será analisado pelo Plenário é um substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi.

O projeto define os tipos de jogos que podem ser explorados, os critérios para autorização e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Mais três propostas estão previstas na pauta prioritária de votações. Uma trata da limitação de despesas dos Legislativos e dos tribunais de Contas dos estados. Outra permite a criação de consórcios públicos para contratar médicos. E a terceira fixa limite para a dívida da União. **3**



Glaciene Lora/TV Senado

Meta do ciclo de debates, ideia de Lasier (3º à esq.), é mapear o setor no país

Investimento em tecnologia é vital para o país, aponta debate

Em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, especialistas, reitores e representantes do Executivo e do Legislativo gaúchos se reuniram na sexta-feira, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para analisar o cenário da pesquisa e da

inovação no país. Os participantes do debate, iniciativa do senador Lasier Martins, foram unânimes em ressaltar que o setor não pode ser deixado de lado, já que pode contribuir para o país crescer com o desenvolvimento de produtos e serviços. **8**

Definidos novos blocos e lideranças partidários **3**

Agressões à mulher do campo serão foco de debate **8**

Termina quarta prazo para emendas à LDO **3**

Sancionada Lei de Responsabilidade das Estatais **6**

Audiência discute amanhã normas de mineração **8**

ARQUIVO **S**



Claro Jansson/Acevo Dorothy Jansson Alveitri

Milícia armada a postos para defender uma madeira da ação dos rebeldes no Contestado

Mais sangrento conflito do país no século 20 acabava em 1916

Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores de cem anos atrás mostraram preocupação com o desenrolar da Guerra do Contestado, o sangrento conflito armado que se iniciou em 1912 e se encerrou em 1916, com um

saldo de 10 mil mortos. Camponeses que viviam numa região disputada entre Paraná e Santa Catarina se rebelaram contra o poder público, após serem expulsos das terras onde uma multinacional americana construiu uma ferrovia. **4 e 5**

Senado e Câmara estreitam parceria entre bibliotecas



As bibliotecas das duas Casas do Congresso compartilham, cada vez mais, sistemas e ferramentas de pesquisa que permitem, por exemplo, consulta simultânea a ambas as bases

de dados. A parceria reduz custos, facilita a pesquisa pelo usuário e amplia a eficiência do serviço público, segundo coordenadora da Biblioteca do Senado. **2**



Ana Volpe/Agência Senado

Usuários da Biblioteca do Senado podem consultar acervo da Câmara e de rede virtual de dados

Peritos confirmam laudo sobre decretos de Dilma

Na sexta-feira, os técnicos do Senado que analisaram os documentos que embasam o pedido de impeachment afirmaram que mantêm as conclusões

do laudo apresentado dias antes sobre os decretos de crédito suplementar e as pedaladas fiscais. Eles falarão amanhã na Comissão do Impeachment. **7**

ESPORTE: EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Todos os anos, estudantes de todo o país têm a oportunidade de conhecer a importância da atividade legislativa no Projeto Jovem Senador. É o Senado unindo a experiência e a juventude para fortalecer a cidadania. Conheça o projeto em www.senado.gov.br/jovemsenador

Parceria:

Realização:



Usuários das duas Casas e público externo têm acesso aos acervos de uma só vez, facilitando consulta bibliográfica

Parceria entre bibliotecas do Congresso racionaliza custos

Senado e Câmara compartilham serviços, como ferramenta que pesquisa simultaneamente nas duas bases de dados. Ambos os sistemas estão interligados a rede virtual de bibliotecas, com 970 mil documentos



AS BIBLIOTECAS DO Senado e da Câmara dos Deputados têm firmado parcerias para otimizar recursos humanos, racionalizar custos e compartilhar informações. É o caso da ferramenta BIB (Busca Integrada de Bibliografia), que permite a pesquisa simultânea em várias fontes, como base de dados, e-books e periódicos eletrônicos. A ferramenta foi adquirida pela Câmara no ano passado e está sendo utilizada pelas duas Casas legislativas.

Diretor da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado, Marcio Sampaio ressalta que o compartilhamento deve ser entendido como integração das atividades comuns e disseminação do conhecimento.

— Os ganhos são refletidos nos usuários internos e externos, tanto em termos de atendimento quanto na questão orçamentária. Além disso, não há necessidade de duplicar força de trabalho.

A parceria está em consonância com o Ato Conjunto 2/2016, da diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, e do diretor-geral da Câmara, Romulo Mesquita, que prevê o compartilhamento de serviços. Um grupo de trabalho formado por servidores das duas instituições terá a tarefa de padronizar procedimentos administrativos e criar formas de compartilhamento de áreas, instalações, bens e serviços entre as duas Casas.

A coordenadora da Biblioteca do Senado, Helena Celeste Vieira, afirma que o ato conjunto contribuirá para o aumento do caráter cooperativo, garantindo maior eficiência ao serviço público. Também destaca outras parcerias que têm sido firmadas com a Câmara:

— Nós também compartilhamos pesquisas, facultamos empréstimos a servidores

Rede de informações

Doze bibliotecas compõem a **Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI)**, incluindo o Senado Federal e a Câmara dos Deputados

O catálogo coletivo virtual da RVBI é composto por **971.671 documentos** bibliográficos, entre livros, folhetos, capítulos de livros, revistas, artigos de revistas e jornais

Vantagens

- Compartilhar recursos humanos e bibliográficos
- Disponibilizar os acervos em um só catálogo, facilitando o acesso à pesquisa
- Aumentar a velocidade com que a informação se torna disponível
- Racionalizar tarefas, evitando o retrabalho e a duplicação de serviços
- Racionalizar o orçamento
- Otimizar serviços e produtos, com redução dos custos nas bibliotecas
- Fazer empréstimos entre bibliotecas
- Compartilhar o conhecimento
- Trocar experiências periódicas com profissionais da área

das duas Casas e realizamos treinamentos relacionados a biblioteconomia em parceria.

Segundo a diretora da Biblioteca da Câmara, Janice Silveira, a meta é que as parcerias continuem avançando, com ações como assinaturas conjuntas de bases de dados e periódicos.

— Faremos o que for possível para realizar aquisições coordenadas. Sempre houve essa parceria, mas agora ela acontece de forma mais efetiva.

Rede virtual

Helena ressalta que o Senado e a Câmara estão interligados há 41 anos por meio da Rede Virtual de Bibliotecas — Congresso Nacional (RVBI). Coordenada pelo Senado, a ferramenta funciona como uma rede cooperativa que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de bibliotecas da administração pública federal e do governo do Distrito Federal.

Atualmente a RVBI possui um catálogo coletivo com 971.671 documentos, entre livros, artigos de revistas e jornais, coleções de periódicos, obras raras e documentos

digitais. A página está disponível no endereço www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca e pode ser acessada gratuitamente.

Segundo Helena, entre as vantagens do trabalho cooperativo, estão a racionalização do orçamento, a otimização dos serviços e a troca de experiências entre profissionais da área. O sistema da rede possibilita o compartilhamento de recursos humanos entre as bibliotecas participantes.

— Digamos que o Senado ou a Câmara precise indexar 200 títulos de revistas. Esses títulos são distribuídos entre as bibliotecas e cada uma faz um quantitativo, conforme a disponibilidade de recursos humanos de cada uma. Esse trabalho intelectual de cooperação técnica é muito importante para eficiência e presteza das atividades.

Outro exemplo de compartilhamento de serviços foi a aquisição pelo Senado, há 16 anos, do software Aleph, que faz o gerenciamento de bibliotecas. A Câmara e demais bibliotecas que compõem a RVBI também utilizam o sistema, diz Helena.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Fiscais do Trabalho

9h Audiência interativa sobre a violência contra fiscais do Trabalho.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO TV

9h O Conselho de Comunicação Social faz seminário sobre repetidoras de TV. Às 14h, discute projeto sobre investigação e provas de crimes praticados pela internet.

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

TERÇA

CCT Internet

8h45 Na pauta, projeto sobre recursos para melhorar a internet no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

CAE Novos diretores do Banco Central

9h Análise de nomes indicados para diretorias da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central.

CDH Sistema Único de Saúde

9h Audiência interativa sobre o SUS.

CMA Uso racional da água

9h30 Na pauta, texto sobre campanhas para estimular o uso racional da água.

COMISSÕES MISTA 5 MPs

10h10/11h Instalação e eleição de presidente e vice de cinco comissões mistas que analisam MPs, todas de 2016. A primeira é a da MP 735, que regula benefícios que seriam dados às concessionárias da Eletrobras. Depois, a da MP 731, sobre extinção e criação de cargos do Executivo. A próxima é a da MP 732, que reajusta taxa de ocupação de imóveis da União. A quarta é a da MP 733, que autoriza renegociação de dívidas de crédito rural. E a última, a da MP 734, sobre repasse de verba federal para a segurança pública nas Olimpíadas do Rio.

IMPEACHMENT Perícia de documentos

11h A Comissão do Impeachment ouve a junta pericial. Na segunda audiência, falarão dois peritos assistentes, cada um indicado por uma das partes do processo.

TRANSPARÊNCIA Orçamento

11h Apreciação e votação das emendas da comissão à Lei Orçamentária de 2017.

CRA LDO 2017

11h45 A comissão analisa as emendas à Lei Orçamentária de 2017.

CE Frequência para aprovação escolar

11h45 Na pauta, texto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

MP 723/2016 Mais Médicos

14h Audiência interativa para instruir a MP 723/2016, que prorrogou por três anos a permanência de estrangeiros no Programa Mais Médicos.

CMO Créditos para esporte e Justiça

14h Reunião sobre a eleição de dois vice-presidentes da comissão e de comitês permanentes. Depois, análise de MPs com créditos para o Ministério do Esporte e a Justiça Eleitoral.

SUBCOMISSÃO DA MINERAÇÃO Leis

14h A Subcomissão da Mineração debate a modernização da legislação brasileira mineral.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Campo

14h30 A comissão faz audiência interativa para debater a violência contra a mulher no campo e na floresta. Depois, analisa emendas à Lei Orçamentária de 2017.

CMC Acordo de Paris

14h30 Ratificação do Acordo de Paris com incorporação à Política Nacional sobre Mudança do Clima. Em seguida, análise de emendas à LDO 2017 e votação de requerimento.

QUARTA

CDH Pessoas com deficiência

8h30 A comissão promove o seminário Estatuto da Pessoa com Deficiência — desafios para a concretização de direitos.

CAE Reajuste dos servidores

9h Audiência pública interativa com o ministro interino do Planejamento, Dyoogo Oliveira, sobre reajuste dos servidores públicos e as repercussões sobre as contas da União, dos estados e dos municípios.

CDR Turismo em Maceió

9h Pauta com sete itens, incluindo o projeto que cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Turismo em Maceió.

CMA Desemprego

9h Audiência pública sobre critérios e metodologia de cálculo da taxa de desemprego, com representantes do IBGE e do Dieese.

CAS Ministro da Saúde

9h30 Audiência com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para esclarecimentos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

CE Ministro da Educação

9h30 Audiência pública com o ministro da Educação, Mendonça Filho, que apresentará plano de governo para a pasta.

CCI Desvinculação de receitas

10h Pauta com 49 itens, incluindo prorrogação da desvinculação de receitas da União, dos estados e de municípios e análise de emendas à LDO 2017.

SENADO DO FUTURO Orçamento

10h A comissão analisa emendas à LDO de 2017.

IMPEACHMENT Dilma Rousseff

11h A comissão ouve a presidente afastada.

MP 720/2016 Lei Kandir

11h30 Reunião da comissão mista responsável pela medida provisória que regulamenta repasses da Lei Kandir aos estados.

MP 723/2016 Mais Médicos

14h30 Análise de relatório da MP que proroga o prazo do Programa Mais Médicos.

MP 727/2016 Investimentos

14h30 Reunião sobre a MP que cria o Programa de Parcerias de Investimentos.

QUINTA

CRE Noruega e Nova Zelândia

10h Sabatina de embaixadores indicados para a Noruega e Nova Zelândia e de delegado permanente na Organização Mundial do Comércio. Depois, leitura do relatório da indicação para a embaixada na Rússia.

CE Liberdade de expressão em aula

10h30 Debate sobre liberdade de expressão na sala de aula, com os professores Renato Janine Ribeiro (USP) e Luiz Felipe Pondé (PUC-SP) e o jornalista Demétrio Magnoli.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Legalização dos jogos de azar está na pauta

Agenda prioritária começa a ser votada amanhã. Entre as propostas a serem analisadas antes do recesso, está também a de limite global para o endividamento da União

O PLÊNÁRIO COMEÇA a votar amanhã a pauta de propostas a serem analisadas com prioridade até o recesso, anunciadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Entre elas, o substitutivo a projeto de lei que regulamenta a exploração de jogos de azar (PLS 186/2014). A proposta autoriza o funcionamento de cassinos e bingos, legaliza jogos eletrônicos e o jogo do bicho.

Segundo o autor do projeto, Ciro Nogueira (PP-PI), é incoerente deixar na ilegalidade o jogo do bicho e, ao mesmo tempo, permitir e regulamentar as modalidades de loteria federal existentes. Segundo ele, as apostas clandestinas movimentam mais de R\$ 18 bilhões por ano.

O texto, um substitutivo do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), define os tipos de jogos que podem ser explorados, os critérios para autorização e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. Também estabelece que serão credenciadas no máximo dez casas de bingo por município. Os cassinos funcionarão em

complexos turísticos construídos especificamente para esse fim, com hotéis e restaurantes. A ideia, diz Blairo, é gerar empregos e fortalecer a política de desenvolvimento regional por meio do turismo.

Estados

A limitação das despesas das assembleias legislativas e dos tribunais de Contas dos estados, em função dos custos elevados e crescentes, é outro item previsto na pauta do Plenário. A proposta de emenda à Constituição (PEC 30/2014) estabelece o ano de 2013 como teto que não pode ser ultrapassado pelos orçamentos dos Legislativos e tribunais estaduais. O repasse de recursos superior a esse limite e a realização de despesas acima dele passam a constituir crimes de responsabilidade.

O texto permite apenas que os valores gastos naquele ano sejam corrigidos conforme a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em 2013, os custos totais das assembleias legislativas e tribunais de



André Franco/CC

Proposta na pauta de prioridades autoriza o funcionamento de cassinos e bingos e legaliza jogos eletrônicos e o jogo do bicho

Contas estaduais foram de R\$ 14,5 bilhões.

Também integra a pauta prioritária da Agenda Brasil a PEC 46/2013, que permite a criação de consórcios públicos para contratar médicos. O objetivo é diminuir a disparidade na distribuição de médicos e solucionar a carência desses profissionais nas periferias das grandes cidades e nas regiões mais distantes e isoladas.

Pela proposta, do ex-senador Vital do Rêgo, uma lei específi-

ca deverá disciplinar a criação de consórcios públicos destinados a contratar médicos pelo regime das leis trabalhistas para atuar na atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dívida consolidada

Está prevista a votação do projeto que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada da União (PRS 84/2007). A proposta atende a uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

de fixar limites que devem ser implementados totalmente em 15 anos.

O projeto, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi relatado pelo senador licenciado José Serra (PSDB-SP). Para dar fim à chamada contabilidade criativa, ele propõe que o limite global de endividamento da União seja fixado também em termos da relação entre a dívida consolidada — dívida bruta — e a receita corrente líquida.

Novas lideranças no Congresso após o afastamento de Dilma estão definidas

Com o processo de afastamento da presidente Dilma Rousseff, houve um novo arranjo de lideranças no Congresso, que se definiu na última semana, com o anúncio de Lindbergh Farias (PT-RJ) para líder da Minoria no Senado.

O presidente interino Michel Temer escolheu Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para ser o líder do governo no Senado. A posição era ocupada por Humberto Costa (PT-PE) na gestão de Dilma.

Na época da escolha, no final de maio, Aloysio afirmou que a missão imediata dele seria ajudar na aprovação de medidas para fazer a economia do país crescer e gerar empregos — em sua opinião, o aspecto mais “dramático” da crise que afeta o Brasil.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a escolha.

— Aloysio é uma referência, um grande senador, e tem trânsito com todo mundo. Sem dúvida nenhuma

vai qualificar a liderança do governo no Senado — afirmou.

Para líder do governo no Congresso, foi escolhida a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), em substituição ao senador José Pimentel (PT-CE). O nome da nova líder foi elogiado por vários senadores em Plenário.

Minoria

A Minoria corresponde ao maior bloco ou partido de oposição. Ao fazer o anúncio em Plenário, na terça-feira, da escolha de Lindbergh como líder, Renan destacou a competência do colega.

— Eu tenho absoluta convicção de que a sua indicação vai engrandecer o debate nessa circunstância que nós vivemos no Brasil — disse.

O PT e o PDT, que antes formavam o Bloco de Apoio ao Governo, agora formam o bloco Resistência Democrática, com 13 integrantes no Senado e com Paulo Rocha (PT-PA) como líder.

Comissões votam emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias esta semana

As comissões permanentes do Senado e do Congresso definem nesta semana as emendas que apresentarão ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017. A apresentação deve ocorrer até as 19h de quarta-feira. O dia 6 também é o prazo para parlamentares apresentarem emendas individuais.

Este ano, pela primeira vez, as comissões mistas permanentes, integradas por deputados e senadores, estão autorizadas a apresentar emendas à proposta da LDO. O Congresso tem seis destes colegiados. Entre eles, a própria

Comissão Mista de Orçamento (CMO) e a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas. O texto preliminar da LDO já foi aprovado pela CMO.

Pelo relatório preliminar, os parlamentares, as comissões permanentes das duas Casas legislativas e as mistas permanentes poderão apresentar, cada um, até três emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. As emendas de texto à parte normativa da LDO não têm limite. O presidente do Senado, Renan Calheiros, espera que a votação da LDO seja concluída até o dia 13 deste mês.

Reuniões das comissões permanentes

AMANHÃ	
11h	Comissão de Transparência e Governança Pública
11h45	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
14h30	Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher
14h30	Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas
QUARTA-FEIRA	
10h	Comissão Senado do Futuro

Vanessa rejeita prioridade a texto sobre abuso de autoridade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) se disse incomodada com as propostas sugeridas pelo presidente do Senado,



Pedro França/Agência Senado

Renan Calheiros, a serem votadas antes do recesso, como um anteprojeto sobre abuso de autoridade. Para ela, desengavetar

um texto que tramita desde 2009 e prevê punição de autoridades, em plena vigência da Operação Lava Jato, é “mandar alguma espécie de aviso”, mesmo que abusos estejam ocorrendo na atuação das forças policiais.

Telmário critica escolha de Jucá como vice-presidente do Senado

Telmário Mota (PDT-RR) criticou a recondução de Romero Jucá (PMDB-RR) à Segunda-Vice-



Pedro França/Agência Senado

Presidência do Senado. O cargo havia ficado vago quando Jucá assumiu o Ministério do Planejamento. Telmário criticou

o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores que votaram nele.

— O voto é livre e soberano, mas vocês estão confortáveis tendo no mandato da Casa alguém denunciado por corrupção?

Gleisi defende projeto que cria sistema de proteção de animais

Gleisi Hoffmann (PT-PR) pediu apoio para seu projeto que institui mecanismos de defesa dos animais. O PLS 650/2015 sugere a criação de um amplo sistema para garantir a proteção e o bem-estar dos animais. Ela



Pedro França/Agência Senado

lembrou a onça Juma, sacrificada depois de ser exibida durante a passagem da tocha olímpica em Manaus.

— Defender os animais e protegê-los de abusos é contribuir para uma sociedade mais evoluída.

Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado

Maior revolta do país no século 20 se encerrava no inverno de 1916, com 10 mil mortos. Em região disputada por PR e SC, movimento foi motivado por inconformismo social e fanatismo religioso e acabou aniquilado pelo Exército

Tatiana Beltrão

ADEODATO RAMOS HAVIA passado boa parte do gelado inverno catarinense de 1916 embrenhado na mata, fugindo de seus perseguidores. Depois de uma noite de geada, o último líder rebelde da Guerra do Contestado estava exausto. Ao sair da mata e sentar-se à beira da estrada para se aquecer ao sol, foi flagrado por uma patrulha. O “temido facinora”, o “sanguinário chefe dos fanáticos”, o “flagelo de Deus”, como o descreviam os jornais da época, entregou-se sem nem sequer esboçar resistência.

A captura dele, na virada de julho para agosto, marcaria o fim da guerra, que se arrastou por quatro anos e transformou a região do Contestado (área disputada por Santa Catarina e Paraná) no palco da revolta mais sangrenta do século 20 no Brasil.

Os rebeldes chegaram a se espalhar por uma área equivalente ao tamanho de Alagoas. Entre 1912 e 1916, eles enfrentaram as forças policiais e militares dos dois estados e do Exército. Os insurgentes eram movidos por motivos que iam do messianismo à luta pela terra. Eram contra o poder público e os coronéis

locais. Reagiam ao impacto da construção de uma estrada de ferro, que os expulsou da terra onde viviam.

Estima-se que pelo menos 10 mil pessoas pereceram na região do Contestado, tanto nos combates quanto de fome e de doenças como o tifo, que se alastrou pelas “cidades santas” erguidas pelos revoltosos. Entre os mortos, milhares de mulheres e crianças.

A guerra mobilizou metade do efetivo do Exército: mais de 7 mil soldados, nos momentos de luta mais intensa.

Messianismo

A indefinição dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná vinha desde o Império, e até a Argentina pleiteava a posse de áreas dos dois estados. O Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa aos catarinenses em 1904 e reafirmou sua decisão nos anos seguintes, mas a sentença era ignorada pelo governo paranaense. Nesse cenário de conflito, a revolta prosperou.

A guerra começou pequena, com um grupo reduzido de sertanejos (moradores desses campos do Sul, chamados de sertão na época) que em 1912 reuniu-se

em torno de um curandeiro. José Maria seguia a tradição de outros dois curandeiros que haviam passado por lá anos antes e eram considerados “monges” pelos sertanejos. Ele também fazia profecias: anunciava uma monarquia celestial em que todos viveriam em comunhão, dividindo bens.

Dos seguidores do novo monge, muitos eram posseiros, sítiantes e pequenos lavradores que haviam sido expulsos das terras em que viviam pelo grupo americano responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, do mega-empresário Percival Farquhart. Além da concessão, Farquhart ganhou do governo brasileiro as terras situadas às margens da ferrovia, uma vasta faixa de 15 quilômetros de cada lado.

Depois da construção da estrada de ferro, a região, coberta de matas de árvores nobres como a araucária, começou a ser desmatada. O empresário ergueu lá a maior madeireira da América do Sul na época e uma companhia colonizadora que, depois do desmate, venderia as terras a imigrantes europeus. Famílias que viviam no local foram expulsas por milícias armadas da empresa, com apoio das autoridades brasileiras.

Primeira batalha

O monge José Maria e os fiéis se instalaram em Taquaruçu, nos arredores de Curitiba (SC). Temendo que o grupo fosse usado por inimigos políticos, um poderoso coronel da cidade pediu ao governo catarinense tropas para dispersar um “ajuntamento de fanáticos” que supostamente queria proclamar a Monarquia no Sul do Brasil.

Ao saber que a força policial havia sido chamada, os fiéis fugiram para Irani (SC), localidade



Em janeiro de 1915, famílias de sertanejos (sentados) se rendem às forças oficiais, depois de ataques militares aos redutos

que na época estava na área do Contestado.

A chegada do grupo foi vista pelo Paraná como uma investida de Santa Catarina para forçar a posse do território contestado. Em resposta, o Paraná enviou um destacamento policial para expulsar os supostos invasores. Em outubro de 1912, a ação terminou de forma trágica, com 21 mortos. Entre eles, o monge José Maria e o comandante das forças de segurança do Paraná, coronel João Gualberto.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado mostram a reação dos senadores ao conflito. Dois dias depois da batalha, a morte do comandante foi anunciada no Plenário do Senado, sediado no Palácio Conde dos Arcos, no Rio.

O senador paranaense Generoso Marques falou aos colegas sobre a “horda de bandidos e fanáticos” que havia invadido o Paraná e leu um telegrama enviado pelo governador do Paraná,

Carlos Cavalcanti, ao Congresso. O governador comunicava que o estado havia pedido ao presidente da República, Hermes da Fonseca, a intervenção de forças federais.

O senador catarinense Abdon Batista apoiou o colega:

— Esse acontecimento, ao mesmo tempo em que nos cobre de pesado luto, nos anima e nos incita na obrigação de secundar as forças do estado vizinho para que, de uma vez, sejam extirpados os elementos maus que procuram perturbar nossa vida de trabalho e progresso.

Ao longo do conflito, os dois estados trocariam acusações de incentivar os revoltosos e até de fornecer-lhes armas.

Exército encantado

Depois da morte do monge, os devotos se dispersaram. O messianismo, porém, permaneceu. No ano seguinte, difundiu-se a crença de que José Maria voltaria do céu, acompanhado do “Exército Encantado de São Sebastião”. Uma criança de 11 anos dizia ver o monge em sonhos pedindo aos fiéis que se preparassem para uma guerra santa. O grupo rebelde voltou a se reunir em Taquaruçu.

Agora não eram apenas os antigos seguidores do monge José Maria que se prepararam para a luta. Somaram-se a eles descontentes em geral: mais colonos expulsos, fazendeiros que se opunham aos coronéis, tropeiros sem trabalho, desempregados da obra da ferrovia e até ex-combatentes da Revolução Federalista (1893-1895), que tinham experiência com armas e contestavam a República.

— Num determinado momento, torna-se uma guerra de pobres contra ricos — diz o historiador Paulo Pinheiro Machado,

autor do livro *Lideranças do Contestado*. — Uma guerra daqueles que queriam formar suas comunidades autônomas, onde todos viveriam em comunhão de bens, o que era uma negação da própria ordem republicana, da concentração fundiária, do poder dos coronéis da Guarda Nacional e da força da polícia, do Exército e da companhia norte-americana ferroviária sobre eles.

Machado contesta a visão de que o fanatismo religioso de sertanejos pobres e ignorantes foi o principal combustível da revolta. O pesquisador sustenta que, paralelamente à crença na guerra santa, os rebeldes haviam desenvolvido uma nítida consciência de sua marginalização social e política e de que “lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos coronéis e dos estrangeiros”.

Na época, porém, a visão predominante na imprensa, refletida no Congresso Nacional, ignorava os problemas que motivaram a insurreição sertaneja.



Tropas do Paraná acampadas em União da Vitória, a caminho da primeira batalha

Em setembro de 1914, o senador Abdon Batista desqualificou no Plenário denúncias do deputado federal Maurício de Lacerda, do Rio de Janeiro, que afirmava que a usurpação de terras era a principal causa do conflito:

— É uma lenda. Essa gente não tem terras nessas zonas, o que querem é viver sem trabalhar.

“Novo Canudos”

Uma das poucas vezes dissonantes no Congresso, Lacerda disse à imprensa que o Contestado era “um novo Canudos” e defendia os revoltosos, “brasileiros donos de suas terras e que foram usurpados por uma empresa estrangeira”.

— As vítimas, como era natural, defenderam-se. O que se devia esperar? Que o Estado fosse em socorro daqueles homens, mas verificou-se o contrário — declarou aos jornalistas.

O deputado denunciava que dois influentes políticos paranaenses, “protetores da empresa estrangeira que havia se apoderado à força das terras dos sertanejos”, conseguiram que o governo mandasse forças para “defender os ladrões e matar brasileiros que licitamente defendiam suas propriedades”.

Esses políticos eram o senador Alencar Guimarães (que havia governado o Paraná) e o vice-governador Affonso Camargo. Guimarães defendeu-se no Plenário do Senado.

— Nunca fui homem de negócios, jamais advoguei interesses de qualquer companhia nacional ou estrangeira que colidisse com interesse do Estado.

Expedições militares tentaram desmobilizar o movimento, atacando Taquaruçu. Depois de várias tentativas, o reduto foi destruído em fevereiro de 1914. A força militar bombardeou a comunidade de longe. Attingiu principalmente mulheres, crianças e idosos, pois a maior parte dos homens havia partido para formar outro reduto, o de Caraguatá.

Foi um massacre. Metralhadoras, canhões e até granadas foram usados no ataque. No livro *A Campanha do Contestado*, o militar Demerval Peixoto, que



Com Wenceslau Braz (C), os dois governadores assinam o acordo de limites em 1916

participou dos combates como soldado, reproduz o relatório do médico que acompanhou a expedição:

“Pernas, braços, cabeças, casas queimadas... Fazia pavor e pena o espetáculo que se desenhava aos olhos. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e crianças que jaziam inertes por todos os cantos”.

A revolta da população contra o massacre só fez fortalecer o movimento, e os sertanejos começaram a expandir suas ações. Milhares de novos adeptos se mudavam para os redutos. Novas “cidades santas” surgiam. A maior delas, Santa Maria (que não tem relação com o município gaúcho homônimo), tinha 25 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, o movimento se militarizou, com líderes “de briga” aliados aos religiosos. No inverno de 1914, os sertanejos começaram a saquear fazendas, roubando gado e comida e arregimentando pessoal (até sob ameaça) para reforçar os redutos. Passaram a atacar e ocupar cidades. Nos ataques, estações de trem e repartições públicas eram queimadas.

Com apoio dos governadores de Santa Catarina e Paraná, em 1914 o governo federal decidiu empreender uma grande operação militar para aniquilar a insurreição. Sob o comando do general Setembrino de Carvalho, 6 mil soldados rumaram para o sul do país. Além deles, 2 mil civis (chamados vaqueanos), a maioria integrantes das guardas privadas armadas mantidas pelos coronéis da região, foram contratados para auxiliar o Exército. A ordem do governo era clara: “acabar com os fanáticos”, como contou o próprio general Setembrino em suas memórias.

Quando o cerco aos redutos se apertou, começou a faltar comida, remédios e munição para os rebeldes. Sobreviventes relataram que, no final, comeram até couro de cintos e arreios para não morrer de fome. Para evitar deserções, alguns líderes, como Adeodato, impuseram um regime de terror nos redutos, executando os suspeitos de traição.

O reduto de Santa Maria foi destruído na Páscoa de 1915. Em telegrama a Setembrino, o

capitão responsável pelo ataque detalha: “Tomei e arrasei 13 redutos com enormes sacrifícios do meu heroico destacamento. Matamos em combate perto de 600 jagunços, não contando o grande número de feridos. Arrasei perto de 5 mil casas e 10 igrejas”.

Os últimos combates ocorreram em dezembro de 1915, e os rebeldes, derrotados, se dispersaram. Houve rendições em massa das famílias sertanejas.

Os vaqueanos começaram então uma caçada aos últimos líderes rebeldes. Muitos deles foram mortos em execuções sumárias, mesmo depois de rendidos. Alguns vaqueanos ganharam fama por retirar sertanejos da cadeia para executá-los.

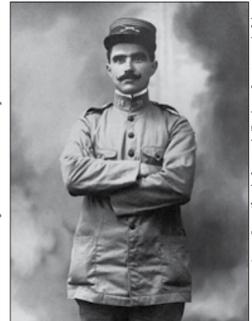
Acordo de limites

Com a captura de Adeodato Ramos, o último e mais temido líder dos rebeldes, a guerra foi encerrada de vez, naquele inverno de 1916. Logo em seguida, em outubro, finalmente veio a assinatura do acordo de limites entre Santa Catarina e Paraná. Pressionados pelo presidente Wenceslau Braz, cada um dos dois estados teve que ceder um pouco. A partilha, porém, foi vista como favorável aos catarinenses, que ficaram com 28 mil dos 48 mil quilômetros quadrados da área contestada.

Na assinatura do acordo, no Palácio do Catete, no Rio, o governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt, comemorou a paz, encerrando um “passado amargo” que fazia os dois estados se olharem com desconfiança, como “dois povos estranhos que aguardassem, de arma em punho, a hora da pelega”.

O governador do Paraná, Affonso Camargo, também exaltou a paz, mas deixou claro o ressentimento com um desfecho que considerava injusto. Ele justificou sua decisão de assinar o acordo mesmo assim citando a necessidade urgente de encerrar uma “luta fratricida sem precedentes”:

— Ali caíram sem vida oficiais do Exército, bravos soldados das forças nacionais e estaduais e milhares de sertanejos, na sua maioria laboriosos, em uma confusão desumana que



Capitão Mattos Costa, que defendia solução pacífica e morreu na guerra

dolorosamente impressionou todo o país.

Ao citar os sertanejos “em sua maioria laboriosos”, o governador reconhecia que o movimento, hoje visto como uma das maiores revoltas camponesas do Brasil, era mais que uma combinação de fanatismo e banditismo.

Essa consciência se ampliaria a partir dos anos 1970, explica o historiador Paulo Pinheiro Machado. Com a redemocratização do país, criou-se um ambiente favorável para a retomada da memória e dos estudos sobre a Guerra do Contestado.

No Senado, essa releitura histórica ficou patente numa sessão especial realizada em agosto de 2009 para lembrar a guerra. No Plenário, os senadores ressaltaram o caráter de revolta social do movimento, as injustiças cometidas contra a população pobre do Contestado e a ausência do Estado.

“Quando o Estado falta, não cumpre com seu dever, se omite, o resultado é este: as pessoas reagem”, disse o senador Raimundo Colombo, hoje governador de Santa Catarina.

O então senador Flavio Arns, do Paraná, afirmou que o governo desconsiderou uma população pobre para privilegiar empresários e fazendeiros.

Na época da guerra, uma rara visão lúcida do conflito veio justamente de um comandante do Exército, o jovem capitão Mattos Costa. Idealista, ele defendia uma solução pacífica e morreu em combate, em 1914. Ficou registrada em relatos militares sua concepção da guerra:

“A revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos e na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito”.

Veja vídeo da Agência Senado: <http://bit.ly/GuerraContestado>
Galeria de fotos do fotógrafo Claro Jansson: <http://bit.ly/fotosClaro>
Site da FGV sobre a Guerra do Contestado: <http://cpdoc.fgv.br/contestado>



Último líder dos rebeldes ganhou fama de “demônio”

A Guerra do Contestado começou com um líder considerado santo — o monge José Maria — e terminou com outro tido como o próprio diabo — Adeodato Ramos.

“O demônio está encarcerado”, anunciou em agosto de 1916 o jornal *O Imparcial*, de Canoinhas (SC), referindo-se à captura de Adeodato, que tinha fama de assassino e era temido pelos próprios companheiros.

O repórter do jornal *O Estado*, de Florianópolis, porém, se surpreendeu ao entrevistar Adeodato na prisão.

“Nós, que esperávamos ver o semblante perverso de um

bandido, cujos traços fisionômicos estivessem a denotar sua filiação entre os degenerados do crime, vimos, pelo contrário, um mancebo em todo o vigor da juventude, de uma compleição física admirável, esbelto, olhos de azeviche [pretos], dentes claros, perfeitos e regulares, e ombros largos”, escreveu, destacando a postura recatada do “célebre bandoleiro”.

O jornal *O Dia*, de Florianópolis, relatou que ele respondia aos policiais de forma serena e “tinha o olhar suave”.

Adeodato era uma figura controversa. “É evidente que ele cometeu muitas atro-

idades nos redutos, mas não era muito diferente de outros líderes rebeldes”, escreveu o historiador Paulo Pinheiro Machado, ressaltando que houve uma “demonização” do último líder rebelde, alimentada pelos próprios sertanejos.

Conta-se que, no julgamento, após a ouvir a sentença de 30 anos de prisão, o réu declamou no tribunal versos irônicos:

“Para tirar o mal do mundo / Tinha feito uma jura / Ajudei nosso governo / A quem amo por ternura / Acabei com dez mil pobres / Que livreli da escravatura / Liquidei todos os famintos / E os doentes sem



O líder rebelde Adeodato Ramos é escoltado por guardas em 1916

mais cura / Quem é pobre neste mundo / Só merece sepultura.” Adeodato foi morto em 1923, numa suposta tentativa de fuga da prisão.

Jane de Araújo/Agência Senado



Jane de Araújo/Agência Senado - 27/6/2016

Vicentinho, que discursou na entrega da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, em junho, presidirá comissão do Senado

Senadores analisam texto de novo código aeronáutico

Comissão será instalada esta semana, após Renan anunciar sua composição, com Vicentinho na presidência, Pedro Chaves na vice e Maranhão na relatoria

A COMISSÃO ESPECIAL de senadores que vai analisar o projeto que institui o novo Código Brasileiro de Aeronáutica será instalada esta semana. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que Vicentinho Alves (PR-TO) será o presidente do colegiado. Aviador, Vicentinho já presidiu a Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, que funcionou no âmbito da Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado em 2012. Pedro Chaves (PSC-MS) ocupará a vice-presidência e José Maranhão (PMDB-PB) será o relator.

Além deles, participarão: Paulo Rocha (PT-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Lasier Martins (PDT-RS), Acir Gurgacz (PDT-RO), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jorge Viana (PT-AC), Roberto Rocha (PSB-MA) e Hélio José (PMDB-DF).

— Esse anteprojeto é uma preciosa contribuição dos melhores especialistas no tema no Brasil. O atual código brasileiro é de 1986, antes, portanto, da Constituição, do Código de Defesa do Consumidor, do novo Código Civil e da própria Agência Nacional de Aviação Civil — citou Renan para evidenciar a urgência na modernização do código.

Com 374 artigos, o anteprojeto foi elaborado por comissão de 25 especialistas, instalada em 16 de junho de 2015. Presidida pelo professor e aviador Georges de Moura Ferreira, teve na relatoria a doutora em direito espacial Maria Helena Fonseca Rolim e na vice-presidência o especialista da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Doriello Luiz dos Prazeres. A proposta foi transformada no PLS 258/2016, que agora será analisado pela comissão de senadores, antes de seguir para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo Renan, houve aumento de 210% no número de passageiros de voos comerciais no Brasil entre 2000 e 2014. Adiantou que um dos temas mais polêmicos a serem discutidos pelos senadores é a abertura do capital das companhias aéreas brasileiras.

Sem restrição

A proposta estabelece o fim de restrições à participação de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras de transporte de carga e de passageiros. O texto termina com o atual limite de 20% de participação externa. Para o presidente da comissão de especialistas, a abertura não ameaça a soberania brasileira.

— Significa que uma empresa brasileira de capital estrangeiro pode montar ou pode adquirir uma linha aérea. As pessoas confundem isso com “liberdade do ar”, dizem que

o Brasil vai perder soberania, mas a coisa não funciona desse jeito. Esse é um dos pontos nevrálgicos do anteprojeto. O setor precisa dessa injeção de ânimo. As empresas que vão operar aqui no Brasil, as empresas que terão o capital estrangeiro aumentado não deixarão de ser companhias brasileiras, terão de empregar mão de obra brasileira e vão ter que respeitar as “liberdades do ar” — disse Georges Moura.

As chamadas “liberdades do ar” são um conjunto de direitos da aviação comercial, para garantir que aeronaves de um país possam entrar no espaço aéreo e pousar no território de outra nação. Esses direitos aéreos foram formulados em 1944 na Convenção da Aviação Civil Internacional e compreende direito a sobrevoos, pouso técnico, desembarque, embarque, cabotagem e vários tipos de transporte entre países.

Outro ponto polêmico está na regulamentação dos atrasos em voos devido a problemas climáticos. Hoje muitos clientes conseguem receber indenizações das empresas por meio de ações judiciais, em virtude desse tipo de atraso. O texto-base exclui essa possibilidade.

Entre as demais mudanças, o anteprojeto estabelece desonerações em órgãos de fiscalização e regulação e uma série de isenções a esportes aéreos. O intercâmbio de aeronaves só poderá ser feito com tripulação brasileira. E também aborda temas como acidentes aéreos.

Lei de Responsabilidade das Estatais é sancionada

A Lei de Responsabilidade das Estatais foi sancionada pelo presidente interino Michel Temer. A proposta (SCD 3/2016), aprovada pelo Senado no dia 21 de junho, estabelece novas regras para nomeação de diretores e conselheiros de estatais. O texto da nova lei foi publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) de sexta-feira, sob a forma da Lei 13.303/2016.

Temer manteve artigos considerados “moralizadores” para a nomeação nas empresas. O projeto original (PLS 555/2015), de Tasso Jereissati (PSDB-CE), havia sofrido mudanças na Câmara, mas depois foi restituído pelos senadores.

O texto aprovado proíbe a indicação para diretorias ou conselhos de estatais de dirigentes partidários ou de políticos que tenham disputado eleições nos 36 meses anteriores à nomeação.

No parecer, Tasso explicou que não poderia acatar todas as emendas apresentadas pela Câmara, por entender que muitas das alterações “afrouxavam” as regras e iriam contra os objetivos que nortearam o projeto, em especial a profissionalização da gestão das estatais.

Vetos

Temer vetou artigo que proibia a participação do presidente da empresa no conselho de administração. Para ele, essa vedação seria “inadequada do ponto de vista da gestão eficiente”.

Outro veto diz respeito à responsabilidade dos conselheiros de estatais em votações do conselho de administração. O texto vetado, alegou, dava margem à interpretação de que todos poderiam ser responsabilizados pelas decisões do conselho, até mesmo os votos vencidos.

Regulação do mandado de injunção já está em vigor

A regulação do processo e do julgamento do mandado de injunção foi publicada no *Diário Oficial da União*, de 24 de junho. A Lei 13.300/2016 foi sancionada sem vetos pelo presidente interino Michel Temer em cerimônia no Palácio do Planalto no dia anterior e passou a vigorar a partir da publicação. O texto tem origem no PLC 18/2015, aprovado no Senado em junho.

O mandado de injunção é a ação que cobra do poder público a regulamentação de direitos e garantias. Costuma ser concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nas ações em que é reclamado o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais relativos à nacionalidade, à soberania e à cidadania ainda não regulamentados pela legislação. Alguns temas já submetidos a mandado de injunção foram: aposentadoria especial, direito de greve dos servidores públicos,

concessão de aviso prévio proporcional e criação de municípios. A lei vale também para pessoas alheias ao processo que se encontram na mesma situação dos autores do mandado.

Ministério Público, partido político com representação no Congresso, organização sindical e entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano podem promover mandado de injunção coletivo.

O texto, do ex-deputado Flávio Dino, atual governador do Maranhão, foi relatado no Senado em Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por Eunício Oliveira (PMDB-CE). Os senadores classificaram a aprovação como histórica, por preencher uma das lacunas do texto constitucional e dar mais força para um instrumento de garantia dos direitos individuais.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Peritos dizem que mantêm conclusões sobre Dilma

Técnicos do Senado, que falarão amanhã em comissão, analisaram papéis que embasam pedido de impeachment

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment recebeu na sexta-feira os esclarecimentos solicitados sobre a perícia feita em documentos do processo contra a presidente afastada Dilma Rousseff. Num texto de 125 páginas, a junta pericial respondeu a 75 questionamentos feitos pelo relator, por senadores e pela defesa. Além de responder, os peritos afirmam que as conclusões da perícia permanecem inalteradas.

A perícia técnica havia sido entregue no início da semana, com uma análise dos documentos integrantes do processo de impeachment à luz de diversos quesitos solicitados pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e por ambas as partes.

A perícia concluiu que três decretos de Dilma em 2015 foram incompatíveis com a meta fiscal vigente e que os atrasos nos pagamentos para bancos públicos constituíram operações ilegais de crédito. Nesse segundo ponto, porém,

disseram não haver participação ativa de Dilma.

Depois da entrega, a comissão pôde pedir esclarecimentos à junta sobre pontos específicos da perícia. Os senadores, a acusação e a defesa terão mais uma chance de questionar os peritos: amanhã, eles participarão de uma audiência na comissão. Os três peritos são técnicos do Senado: Diego Prandino Alves, João Henrique Pederiva e Fernando Álvaro Leão Rincon.

Uma segunda perícia técnica será entregue à comissão. Hoje os peritos assistentes, indicados pela acusação e pela defesa, apresentarão laudos próprios. Eles também falarão em audiência amanhã.

O procedimento para o depoimento dos peritos será o mesmo adotado no caso das testemunhas. O relator fará as primeiras perguntas. Depois os senadores. Por último, a acusação e a defesa.

Veja resposta dos técnicos: <http://bit.ly/respostaLaudos>

Presidente afastada poderá falar a senadores na quarta-feira

A Comissão Especial do Impeachment marcou para quarta-feira, às 11h, um dos principais passos do trabalho: o depoimento da presidente afastada Dilma Rousseff. No entanto, ela deverá optar por não comparecer, uma vez que não é obrigada a isso. Nessa situação, o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, responderá aos questionamentos dos senadores

e da acusação. A ideia do depoimento é que os membros da comissão usem o embasamento obtido a partir do interrogatório das testemunhas para interpelarem a presidente ou seu defensor. Dilma é denunciada por violações à Lei Orçamentária Anual de 2015 — pedaladas fiscais e decretos de créditos suplementares não autorizados pelo Congresso

Para Medeiros, oposição tenta "jogar cortina de fumaça" sobre conclusões de técnicos

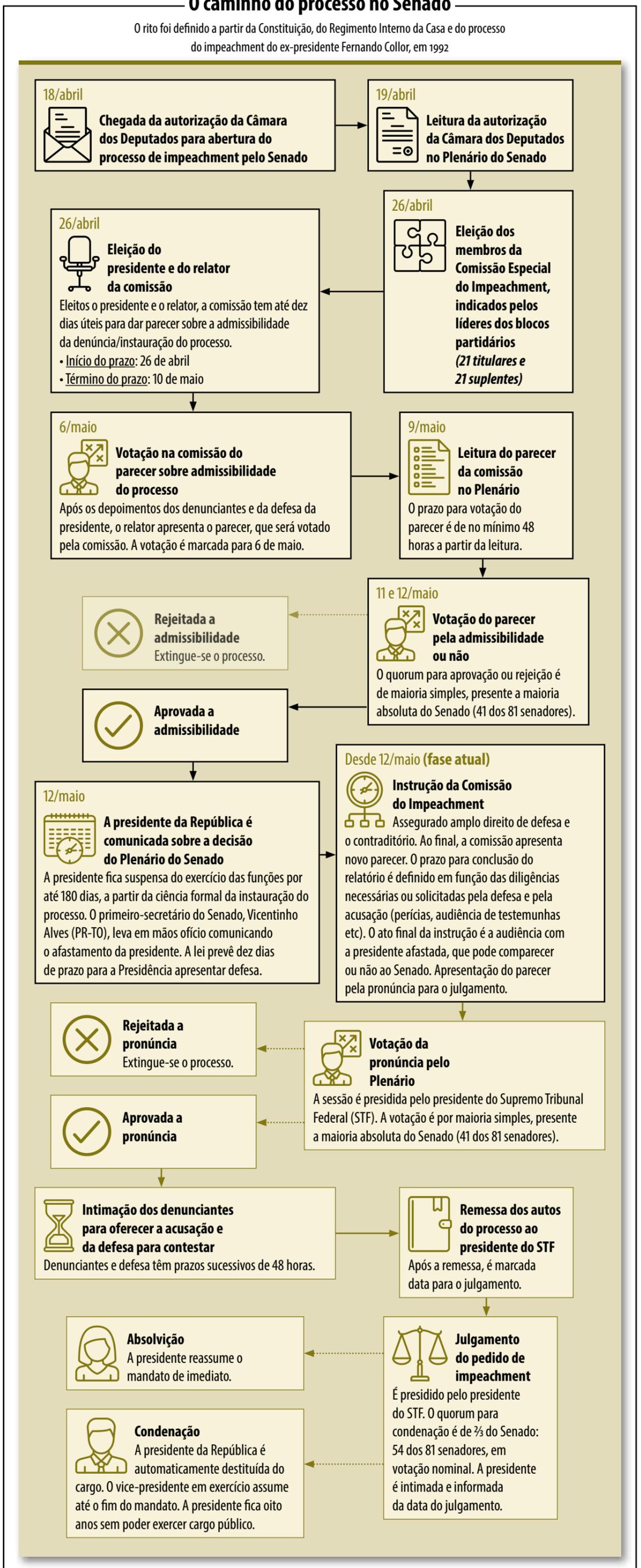
José Medeiros (PSD-MT) disse que a perícia do Senado concluiu que em 2015 houve "ato comissivo" de Dilma Rousseff na edição de créditos suplementares sem autorização do Congresso. Para ele, a oposição



tenta jogar cortina de fumaça sobre o laudo da perícia: — O tempo todo a cantilena é de que é golpe. Óbvio que é uma peça publicitária para tentar jogar uma cortina de fumaça em dados estarrecedores.

O caminho do processo no Senado

O rito foi definido a partir da Constituição, do Regimento Interno da Casa e do processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992



Realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, debate da Comissão de Ciência e Tecnologia reuniu especialistas, deputados e representantes do governo estadual e prefeituras

Incentivo à pesquisa é consenso em audiência

O SETOREMPRESARIAL precisa olhar com mais atenção e se aproximar dos centros de pesquisa, tecnologia e inovação para que o país possa avançar no desenvolvimento de produtos e serviços. Esse foi um dos consensos na audiência pública interativa que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promoveu sexta-feira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O encontro foi conduzido pelo presidente da comissão, Lasier Martins (PDT-RS). O evento foi o primeiro do ciclo de debates e seminários sobre os grandes desafios da ciência, tecnologia e inovação relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O objetivo é estabelecer mecanismos de comunicação qualificada com a sociedade, em parceria com instituições acadêmicas, organizações governamentais e entidades de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico em diversas cidades do país.

Para o reitor da Universidade de Passo Fundo, José Carlos Carles de Souza, os empresários precisam se aproximar mais das universidades e dos centros de pesquisa e inova-



Dirigida por Lasier Martins (3º à esq.), audiência inaugurou ciclo que vai discutir os desafios da tecnologia e da inovação

ção para colocar os avanços à disposição da sociedade.

A instituição dirigida por Souza faz parte do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), que coordena vários polos de desenvolvimento regional e abrange pesquisa e inovação em diversas áreas. Entre elas, alimentos, indústria moveleira, pedras, gemas e joias, indústrias têxtil e de moda, erva-mate, plantas medicinais e produtos fitoterápicos, indústria metal-mecânica, veterinária, imunologia e energia solar.

Pró-reitora de Desenvolvimento Institucional do Centro Universitário Univates, Júlia Elisabete Barden disse que as

empresas estão começando a perceber a importância de apoiar o desenvolvimento da pesquisa, tecnologia e inovação. Ela informou que o parque da Univates inclui laboratórios especializados em meio ambiente, leite, carne, plantas e energia renovável.

O diretor do Parque Tecnológico de São Leopoldo (RS), Luís Felipe Maldaner, disse que o local tem incubadora com 75 empresas, inclusive alemãs, indianas e coreanas.

Investimentos

O vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rui Vicente Oppermann, reclamou que o Brasil investe pouco em inovação, apenas

1,5% do produto interno bruto (PIB). Ele pediu um pacto político para garantir desenvolvimento permanente do setor, que não varie de governo a governo e torne a pesquisa e a inovação prioridades permanentes nas políticas de Estado.

Na mesma direção, o diretor do Instituto do Cérebro do Rio Grande do Sul, Jaderson Costa, disse que a pesquisa brasileira precisa de investimentos continuados e planejamento de longo prazo.

Diretora da Academia Brasileira de Ciências, Marcia Cristina Bernardes Barbosa afirmou que a ciência e a tecnologia são motores para o desenvolvimento, mas que,

em momentos de crise, ficam de lado e os investimentos diminuem.

Burocracia

O deputado estadual Marcel van Hattem (PP-RS) pediu menos burocracia no setor de pesquisa, enquanto o secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Renato de Oliveira, disse que, embora o Brasil tenha avançado em pesquisa desde 2000, o país sofreu com a desindustrialização no mesmo período.

Já o reitor da Universidade Federal de Santa Maria, Paulo Afonso Burmann, afirmou que a iniciação científica do Brasil é uma das melhores do mundo, bem como o sistema de concessão de bolsas internacionais. Ele informou que o país dobrou os estudantes no ensino superior nos últimos anos, o que aumentou o número de professores e técnicos.

O chefe-geral da Embrapa Uva e Vinho, Mauro Celso Zanús, disse que a entidade tem parcerias com universidades públicas e privadas. E o presidente da Ceitec Semicondutores, Marcelo Lubaszewski, apresentou as atividades dessa empresa pública.

Colegiado discute violência contra mulher do campo

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher promove audiência interativa amanhã, às 14h30, sobre as agressões sofridas pela mulher do campo.

Foram convidados representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura, da Federação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, do Ministério da Justiça e Cidadania, da Secretaria Especial de Direitos Humanos,

do Movimento das Mulheres Camponesas, do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, da Marcha Mundial de Mulheres e do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Legislação mineral será debatida em audiência

A Subcomissão de Mineração promove audiência pública interativa amanhã, às 14h, sobre a modernização da legislação brasileira.

Presidente do colegiado, Wilder Moraes (PP-GO) disse que a legislação vigente não tem se mostrado suficiente

para promover a competitividade dos bens minerais no setor industrial, o que revela a necessidade de modernização e adequação para práticas empresariais modernas.

É necessário o incentivo a atividades que agreguem valor ao minério, que de-

manda emprego intensivo de capital, tecnologia, mão de obra qualificada, energia e infraestrutura, entre outros fatores e insumos, salientou o senador.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Funcionamento de CPIs vai ser tema de palestra

O quinto e último encontro do Ciclo de Palestras no Poder Legislativo 2016 será realizado hoje, das 16h30 às 18h30, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, com transmissão pela internet.

A palestrante é a coordenadora de Comissões Especiais, Parlamentares e de Inquérito do Senado, Adriana Alves

Zaban. Ela vai tratar do tema "Comissões parlamentares de inquérito: histórico e procedimentos".

As inscrições deverão ser feitas no local e haverá emissão de certificado de participação. O evento é aberto ao público. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3303-4701.

Promovido pelo ILB/Interlegis, o ciclo começou no dia 6 de junho, com o objetivo de contribuir para a atualização profissional de servidores públicos sobre temas contemporâneos debatidos no Parlamento.

Assista ao vivo: <http://bit.ly/palestraCPI>

Prorrogação do Mais Médicos será analisada em comissão mista

A prorrogação do Programa Mais Médicos estará em debate amanhã, às 14h. A audiência será promovida pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 723/2016, que prorrogou por três anos o prazo de revalidação do diploma e do visto temporário do médico intercambista do Mais Médicos.

O debate, que terá caráter interativo, deve contar com a presença de representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde e da Frente Nacional de Prefeitos. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde também devem enviar representantes.

A comissão mista tem como presidente o deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) e como vice o senador Benedito de Lira (PP-AL). O senador Humberto Costa (PT-PE) é o relator e o deputado Jorge Solla (PT-BA) é o revisor.

Apoios

A prorrogação do Mais Médicos tem sido defendida no Senado. Em discurso no

Plenário no dia 14 de junho, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que o programa é o "encontro entre médicos que têm paixão no fazer e pessoas que têm a necessidade de ser atendidas".

Randolfe destacou que esses profissionais também atendem povos indígenas, que antes não tinham nenhum tipo de atendimento médico. Ele chegou a apresentar uma questão de ordem, pedindo a instalação imediata da comissão que analisa a medida provisória.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinalou que o Congresso Nacional "fará o que for possível" para garantir os recursos mínimos para continuidade do Programa Mais Médicos. Renan comprometeu-se a conversar com o presidente interino da República, Michel Temer, para assegurar a manutenção do programa. Disse também que trabalharia pela instalação da comissão mista da MP — o que ocorreu no dia 21 de junho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela